

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

René Benda

Do SENAC-UNIFORT

RESUMO

O autor discute a questão do ensino superior no Brasil a partir de sua enorme expansão nas últimas duas décadas. Explora os problemas da privatização, da abolição da gratuidade nas escolas públicas, da queda na qualidade dos cursos e do atual impasse resultante da evasão de alunos por falta de recursos para custear a escola e do saturamento do mercado devido ao excesso de profissionais em certas áreas.

SUMMARY

The article is about the question of higher education in Brazil after the beginning of its enormous expansion in the last two decades. The author discusses the problems of privatization, inclusion of fees in the public schools, decline in the quality of the courses, and the present situation of students evasion for lack of resources to pay school and of saturation of the labor market given the excess of professionals in certain fields.

A extraordinária expansão do ensino superior, mediante a multiplicação desenfreada de escolas, de cursos e de alunos é, provavelmente, a mais impressionante característica que a Educação apresentou em nosso país nas duas últimas décadas, sobretudo a partir de 1968, ano em que se inicia o grande crescimento econômico, que perdurou até meados dos anos 70.

Em curtíssimo período o Brasil decolou de não mais do que 120 mil "eleitos", altamente privilegiados, que cursavam o ensino superior (1964), para 500 mil (1970). Em nossos dias já existem cerca de 1.400.000 universitários, caracterizando uma expansão prodigiosa, que só recentemente, com o aprofundamento da crise econômica, passa a dar sinais de esgotamento.

O número de faculdades cresceu vertiginosamente, numa expansão que não se limitou apenas aos grandes centros, mas se alastrou também para os menores municípios, econômica e financeiramente inexpressivos, que se encontram espalhados por todo o país. Atualmente o Brasil possui 30 universidades federais, 3 estaduais, 3 municipais, 21 particulares e mais de 800 faculdades

isoladas, compondo um mosaico de aproximadamente 900 estabelecimentos no total.

O número de vagas oferecidas pelas faculdades está em torno de 500 mil, concentrando-se basicamente na região Sudeste, sobretudo S. Paulo (que alcança 1/3 deste total, com cerca de 170 mil matrículas) e R. Janeiro. Segundo um amplo estudo sobre o Ensino Superior nos últimos anos, realizado pela Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação, o número total de vagas oferecidas pelos exames vestibulares aumentou em 5 vezes entre 1967 e 1979 — ano em que o número de vagas novas chegou a cerca de 40 mil. A expansão mais acelerada, com média de 20% ao ano, ocorreu entre 1969 e 1973, sendo o ano de "pico" 1971, quando houve quase 40% de aumento. Esse estudo do CFE constatou, ainda, que o número de inscrições ao vestibular, no período mencionado de 12 anos, multiplicou-se 7 vezes.

Utilizando um outro critério para diagnosticar o crescimento do ensino superior em nosso país, igualmente o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — chegou a resultados surpreendentes. Através da

comparação entre o aumento do número de matrículas nas faculdades e nas escolas de 1º grau, entre 1962 e 1972, constatou-se que, enquanto nestas o crescimento foi de apenas 91%, no ensino superior alcançou 556%.

A partir do número de formaturas também se pode avaliar o excepcional crescimento do ensino superior nos últimos tempos. Já se formam por ano, no Brasil, cerca de 220.000 universitários (70.000 em S. Paulo), apesar da permanência de um índice médio de evasão de cerca de 10% durante todo o período.

Essa expansão não foi apenas vertiginosa, foi também caótica e desordenada, orientando-se, em grande parte, pela preferência dos alunos que, com escasso conhecimento das alternativas possíveis para a realização do curso superior e das possibilidades reais de desempenho da futura profissão, agarravam-se à "imagem" das diferentes profissões como a motivação determinante da escolha do curso superior. Também é preciso considerar, contudo, que nem sempre a responsabilidade cabe aos alunos, pois um número incontável de faculdades foi aberto, levando em conta apenas a conveniência e o interesse de lucro de seus proprietários, sem qualquer preocupação com o real interesse dos jovens e as necessidades do mercado de trabalho. Somente assim se pode explicar a proliferação de cursos como Direito, Letras, etc., de custo reduzidíssimo — movidos basicamente a "cuspe e giz" — que tiveram, também, grande afluência onde, por falta de outras alternativas, representavam a única possibilidade de realização do "sonho" da faculdade. Por último, não se pode esquecer, tampouco, a deliberada omissão do Estado que, mediante uma política excessivamente generosa de licenciamento de novos cursos foi, na verdade, o grande esteio sobre o qual se erigiu o ensino superior com as características que apresenta atualmente — "inchado" pelo ritmo do crescimento, deformado pelo tipo de crescimento, deteriorado, como veremos a seguir, dada a qualidade do crescimento.

Em conseqüência, embora tenha havido uma superprodução de profissionais qualificados em praticamente todas as áreas, o crescimento encaminhou-se sobretudo para cursos supostamente mais "nobres", como Engenharia, Medicina, Odontologia, etc. e para cursos como Direito, Letras, Pedagogia, que tiveram grande poder de atração sobre os empresários da educação devido ao seu baixo custo. É por isso que atualmente essas áreas se encontram tão saturadas de profissionais, sobretudo nos grandes centros (S. Paulo e Rio), onde se concentra a maioria daqueles que se formaram nos últimos anos.

A Engenharia é, provavelmente, a expressão mais dramática desse fenômeno de superprodução de profissionais de nível superior. Oferecendo 30 mil matrículas novas por ano, as faculdades estão formando 44% dos diplomados em Ciências Exatas, o que representa a espantosa taxa de mais de 8% de todas as formaturas do país em cada ano. Só em S. Paulo há 44 faculdades, formando 10 mil engenheiros anualmente — de um total de 70 mil em todo o ensino superior —, enquanto que nas 140 faculdades de engenharia do país concluem o curso cerca de 18 mil.

A Medicina é, também, um dos exemplos mais eloqüentes do direcionamento imprimido ao ensino superior nesse período de grande expansão. Em 1960 havia

27 faculdades em todo o país, número que já ascendia a 71, apenas 10 anos depois, atestando um crescimento que só posteriormente passou a conter seu ímpeto, pois em 1981 o total se mantinha em 75 faculdades. Esses estabelecimentos matriculam por ano 7.800 futuros médicos e formam mais de 9 mil. Em odontologia temos 66 faculdades — mais do que Estados Unidos e Canadá juntos —, que oferecem 5 mil vagas por ano e já possuem um total de 25 mil alunos. A produção de advogados chega a 20 mil por ano, em todo o país, formados por mais de 120 faculdades, muitas delas ministrando aulas apenas em fins de semana (só no interior do Estado de Minas Gerais existem atualmente cerca de 20 estabelecimentos). Os cursos de Letras, por sua vez, contando com mais de 6% dos estudantes universitários do país, formam cerca de 40 mil por ano — quase 1/5 dos 220 mil graduados por todo o ensino superior, enquanto que os cursos de Pedagogia estão lançando a metade daquele total, 20 mil formaturas.

PRIVATIZAÇÃO

A expansão do ensino superior coube essencialmente às escolas particulares, que ampliaram em cerca de 800% o número de vagas oferecidas em exames vestibulares nos últimos 15 anos, enquanto que as oficiais vêm definhando lentamente e até ameaçam diminuir o número de vagas em alguns cursos. "Para se ter uma idéia, a Universidade de S. Paulo — USP — recebeu autorização em 1894 para funcionar com 450 vagas de Direito. Hoje, depois de 85 anos, a USP continua oferecendo o mesmo número de vagas. As 175 vagas da Faculdade de Medicina autorizadas em 1913 também continuam as mesmas, porém o Conselho daquela faculdade, alegando "falta de verbas", propôs a redução de 80 vagas. As 135 vagas do curso de Farmácia, autorizadas em 1934, também poderão ser reduzidas, com a extinção do curso noturno". (Ulisses José de Souza, Folha de S. Paulo, 08/11/79).

Atualmente 75% do ensino superior é representado por escolas particulares que, fazendo da educação um "negócio" muito rentável, dado o grande número de incentivos oficiais — o preço das mensalidades, as reiteradas subvenções ("empréstimos" sem retorno), a precariedade da fiscalização, etc., conseguiram sem esforço realizar a "proeza" da "democratização do ensino".

Um dos principais incentivos foi, sem dúvida, o preço. Além dos reajustes semestrais autorizados pelo MEC, as escolas ainda podem requerer ao Conselho Federal de Educação reajustes extras — que provocam, às vezes, acréscimos de 50% sobre o índice fixado inicialmente — sempre mediante as nobres justificativas de comprar equipamentos, ampliar laboratórios e bibliotecas, etc. A aprovação desses pedidos de reajuste adicional é quase automática, visto que as autoridades se baseiam apenas em uma apreciação dos documentos apresentados pela escola, não havendo uma fiscalização direta, "in loco", para verificar a procedência das solicitações. É preciso considerar, ainda, que essas sobretaxas não são cobradas apenas aos alunos que venham, eventualmente, a se beneficiar das melhorias promovidas pela escola para determinados cursos, uma vez que todos

são obrigados ao pagamento. "A confusa legislação vigente na área do ensino facultada às instituições o reajuste por defasagem de preços ou por investimento na área educacional em todas as faculdades de uma mesma instituição, ainda que somente alguns cursos tenham sido beneficiados. Assim, um aluno de Ciências Contábeis da FMU tem de pagar o mesmo reajuste de um aluno matriculado em Matemática, apesar de seu curso não receber melhorias". (As escolas e seus clientes, os alunos, Folha de S. Paulo, 29/03/81).

Os recursos do Ministério da Educação e Cultura — MEC — foram gradativamente diminuídos, fazendo com que a educação passasse a ser cada vez mais custeada pelos próprios interessados — os alunos. Em 1961 o Brasil já estava bem próximo das recomendações da UNESCO — órgão da ONU voltado para a ciência, cultura e tecnologia — segundo a qual 12% do orçamento de um país deve ser destinado à educação, pois cabia ao MEC 11,2% do orçamento federal. Essa taxa caiu para 11% em 1965, 8% em 1970, 4,8% em 1978, atingindo 4,2% em 1980. No Estado de S. Paulo também se verifica o gradativo declínio das verbas concedidas à educação — em 1975 as universidades utilizavam cerca de 6% do orçamento do Estado, que se reduziram para 3,3% em 1980. Das 170 mil vagas novas em faculdades paulistas, 94% são pagas e apenas 6% gratuitas, relação que em 1964 ainda era de 73% contra 27% respectivamente. Dessa forma, a importância econômica do ensino particular chegou a tal ponto que, segundo conclusão do próprio ministério, entre 1978 e 1979, a terceira fonte de arrecadação do Estado de S. Paulo foi a resplandescente "indústria do ensino privado". (Revista Veja, 18/02/81).

"A prioridade da educação se perdeu. Gastando 4,8% do orçamento federal a prioridade caiu a menos da metade da época em que fui Ministro da Educação, prioridade que no México é de 16% e em Cuba de 19%, países que têm uma educação muito melhor do que a nossa. É o caso de perguntar: para onde foi? Quais foram as verbas que aumentaram? Aumentaram as da Segurança Nacional, que eram de menos de 30% e passaram para mais de 50%. Ou seja, o Brasil, que já tinha uma educação péssima, problemas que não podiam ser resolvidos com aqueles 11 ou 12%, o Brasil hoje tem metade daquela verba". (Darcy Ribeiro, Folhetim, Folha de S. Paulo, 21/10/79).

Essa desenfreada expansão do ensino superior privado foi a engenhosa "solução" encontrada pelo MEC a partir da gestão de Jarbas Passarinho, para esvaziar a crescente pressão da classe média, consubstanciada nas memoráveis passeatas de "excedentes", alunos que, embora obtendo média suficiente nos exames vestibulares às escolas públicas, não podiam ingressar por falta de vagas. Enquanto o citado ministro esteve no cargo, o número de estudantes em faculdades pagas já havia passado de 63 mil para 126 mil, obedientes ao novo lema — "estudou, pagou".

Além dos mencionados incentivos concedidos a empresários, para a abertura de escolas, multiplicação de cursos e de alunos, também para os consumidores foram reservados estímulos especiais, evitando que a privatização acelerada representasse um novo foco de insatisfação social. Em primeiro lugar, os vestibulares dos em-

preendimentos particulares tornaram-se muito mais fáceis do que das escolas oficiais, fazendo com que o nível de instrução requerido para o ingresso ao curso superior fosse baixando cada vez mais, à medida em que se multiplicava a quantidade de escolas e de cursos oferecidos. Em 1976 foi instaurado o chamado "crédito educativo", consistindo num "sistema de empréstimos subsidiados, com juros cumulativos de 15% ao ano e prazo de carência de um ano, financiado com recursos da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e dos bancos privados, que podem aplicar até o limite de 1% dos recursos congelados como lastro no Banco Central". (Revista Isto É, 12/03/80). Apenas 4 anos depois da criação desse sistema, em 1980, se calculava que cerca de 500 mil universitários já pagavam seus estudos com esse dinheiro emprestado, comprometendo-se a restituí-lo gradualmente após a formatura.

É muito curioso verificar que o mesmo dinheiro que falta para a ampliação — e mesmo a manutenção, como veremos — da rede pública de ensino, sobra para irrigar fartamente a rede particular, seja através de subvenções diretas para as escolas que anunciam "déficits", ou para os seus clientes sem recursos. Todo esse dinheiro — que reverte inteiramente para os donos de escola — é praticamente doado, tanto num como noutro caso, pois as subvenções são consideradas empréstimos a fundo perdido — gratuito —, enquanto que o crédito aos alunos já vem revelando uma inadimplência de 50%, dado o grande número daqueles que, depois de formados, não conseguem obter dinheiro para saldar a dívida.

ABOLIÇÃO DA GRATUIDADE

Essa tendência acelerada de privatização do ensino, que já empurrou para as escolas particulares cerca de 75% dos estudantes universitários do país, está em vias de se acentuar ainda mais em pouco tempo, pois mediante o argumento de que são principalmente os ricos que se beneficiam da gratuidade, o MEC pretende instituir a cobrança de taxas também dos alunos de estabelecimentos públicos. Em abril de 1981 o MEC propôs um "amplo debate nacional" acerca desse tema, solicitando que os presidentes das Comissões de Educação da Câmara e do Senado iniciassem discussões no Congresso, no sentido de "corrigir a deformação, mesmo com riscos políticos muito grandes". Logo no início a idéia já encontrou bastante resistência entre as próprias autoridades educacionais que participaram do debate. O Conselho Federal de Educação, por ex., embora concordando com a injustiça da atual fórmula de gratuidade, considerou que "a justiça social deve ser promovida por meio de outras alternativas a serem estudadas pelo governo. Entre as desvantagens da quebra da gratuidade, os conselheiros apontaram as dificuldades práticas para a efetivação da medida, a falta de comprovação do seu efeito financeiro (...), a sua inoportunidade política e a inviabilidade econômica para o usuário, já que agravaria a dificuldade financeira que as famílias de renda média para baixo já enfrentam hoje com a recessão econômica e os altos índices de evasão". (O Estado de S. Paulo, 04/07/81).

Da mesma forma, reitores de universidades públicas e privadas se manifestaram contra o projeto do MEC,

numa reunião do Conselho dos Reitores, ocorrida em abril de 1981, em Maceió, argumentando que o Estado tem obrigação de continuar mantendo o ensino gratuito "em todos os níveis e graus", além de ser muito difícil encontrar outra fórmula visando a manter a gratuidade apenas para os alunos efetivamente necessitados.

Apesar da falta de receptividade, o MEC prosseguiu em sua investida no início de 1982, determinando ao INEP — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais — "a realização de estudos para definir a curto prazo critérios e fórmulas que possibilitem caracterizar a carência financeira do estudante universitário, para efeito de isenção do pagamento do ensino superior federal, que deverá ser instituído ainda neste ano . . .". (O Estado de S. Paulo, 14/01/82).

Outro argumento elaborado por Ludwig para tornar mais simpática sua determinação de abolir a gratuidade das faculdades públicas é que o ensino superior consome cerca de 60% do seu ministério, enquanto que 27% das crianças em idade escolar de todo o país (7 milhões) permanecem fora da escola por falta de verbas suficientes para o ensino de primeiro grau. Essa tese procura habilmente atribuir às despesas (decrecentes) com o curso superior o fracasso da educação de 1º grau, colocando o falso dilema 1º grau ou faculdade, em vez de desnudar o real dilema verbas para a Educação ou para onde-se-sabe-que-vai. A queda no índice de crescimento das matrículas de 1º grau (91% entre 1962 e 1972 para cerca de 70% em 1980) ocorre paralelamente a uma crescente redução das verbas concedidas às faculdades oficiais, que vêm se debatendo em crises financeiras há vários anos, demonstrando que é toda a Educação que sofre o problema da falta de dinheiro e não apenas o 1º grau. O precário funcionamento das faculdades públicas, mesmo contando com os alardeados 60% da verba do MEC, atesta que mais importante do que a distribuição de recursos dentro da área educacional é a sua captação, cada vez mais reduzida a partir de 1964. Se essa quantia fosse substancialmente elevada, todas as crianças em idade escolar estariam sendo atendidas pelo ensino de 1º grau, ainda que o curso superior absorvesse, efetivamente, mais da metade dos recursos do MEC . . .

Segundo o professor Ernest Hamburger, da Faculdade de Física da USP, essa questão é apenas uma manobra diversionista, pois obscurece o fundamental — o ensino *em geral* precisa de mais dinheiro. "O governo nos ocupa com esses debates administrativos e nós nos desviamos dos verdadeiros problemas educacionais. . . Tudo indica que para a educação vai se destinar no ano que vem menos do que os 4% atuais. Não deveríamos nos preocupar mais, agora, com as verbas?" (Revista Isto É, 27/05/81).

DETERIORAÇÃO

A crescente privatização está sendo responsabilizada, em grande parte, pela enorme decadência na qualidade do ensino superior em nosso país, pois a maioria das faculdades particulares tem uma finalidade exclusivamente mercantil. Voltadas para a obtenção de lucros fáceis e imediatos, essas escolas são apenas "escolas-empresas", também conhecidas por "fábricas de diplomas",

com instalações precárias, professores despreparados, escassos recursos didáticos, onde inexiste a pesquisa, porque a "perspectiva de lucro que predomina não recomenda investimentos nessa área, cujos resultados não podem ser avaliados no dia-a-dia dos balancetes". (Braz José de Araújo, presidente da Associação dos Docentes da USP, O Estado de S. Paulo, 08/02/81).

Na opinião do vice-reitor da PUC — Pontifícia Universidade Católica —, Casimiro Reis Filho, "o ensino já era de baixo nível e aumentou sua intensidade, à medida em que uma população já carente culturalmente se tornou uma clientela fácil dessas organizações comerciais. O que houve foi uma montagem de fábricas distribuidoras de diplomas. A clientela foi virtualmente enganada por essas organizações, que aproveitaram a retirada do Governo da área educacional". (Folhetim, Folha de S. Paulo, 21/10/81).

A deterioração do ensino não é, todavia, exclusividade das escolas particulares, pois também as faculdades oficiais são irreconhecíveis quando comparadas com o que representavam antes da chamada "democratização do ensino". A USP, que constitui a maior universidade do país, com um total de 46 mil alunos, matriculados em cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária, enfrenta uma das maiores crises de sua história de meio século. Segundo afirmou o reitor Waldyr Muniz Oliva na Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo, em maio de 1980, a USP sofreu um corte de orçamento no segundo semestre do ano anterior, da ordem de 406 milhões de cruzeiros, o que representava 10% do orçamento de despesas correntes e 50% do orçamento de despesas de capital (livros, equipamentos, etc.). "O dinheiro vai cada vez mais cobrindo o essencial. Hoje, 90% do que a USP arrecada ficam para as despesas com pessoal e material de consumo. Surgem, então, situações embaraçosas. A conta de água está com um atraso de 2 anos, e o capim cresce solto pelo campus". (Revista Veja, 15/10/80).

A USP é apenas um exemplo do estado lastimável em que se encontram as faculdades públicas, cada vez mais abandonadas pelo Estado, decidido a abolir definitivamente a "gratuidade indiscriminada" nos estabelecimentos oficiais. De forma geral, todas as instituições estão na mesma situação, à míngua, em lenta agonia, enquanto o governo acena vivamente com a "sugestão" de transformá-las em fundações, quase privadas, incumbidas de cuidar do seu próprio sustento, para recuperar a "estabilidade orçamentária". A transformação jurídica das 19 universidades federais que ainda funcionam em regime de autarquia — contando com recursos exclusivamente do MEC — é tida como imprescindível para adotar, finalmente, a privatização total do ensino superior, o curso pago em todos os estabelecimentos.

Um documento elaborado por representantes de alunos e entregue ao ministro da Educação, em maio de 1981, sintetiza bem a situação em que foram deixadas 20 faculdades federais, que vão sendo gradativamente estranguladas, até que o pagamento por parte dos próprios estudantes se imponha como a única "saída" possível para garantir o seu funcionamento. Segundo o relatório, a Universidade do Rio de Janeiro precisava de mais 4 bilhões para funcionar normalmente; a da Paraíba

apresentava um "déficit" de 113 milhões; a do Ceará reclamava uma verba de 300 milhões para obter o mesmo orçamento do ano anterior; a Universidade do Paraná anunciava um corte de 35% em relação a 1980; a de Minas Gerais precisava de 1,5 bilhão; a Universidade Fluminense anunciou ter sofrido redução de 40% no orçamento; a Universidade da Bahia tinha um "déficit" de 4 bilhões; a de Pernambuco recebia uma quantia equivalente ao orçamento de 1972, etc. . .

DECLÍNIO

Assim como a vertiginosa expansão do ensino superior esteve diretamente relacionada com o crescimento econômico, passa a dar sinais inequívocos de esgotamento nos últimos anos, em que se acentua a crise, iniciada em meados da década de 70. A partir de 1973 começou a arrefecer a expansão das faculdades, bem como das vagas oferecidas em exames vestibulares, cujo crescimento se reduziu gradativamente depois de 1974 — o aumento de 2,9% em 1977 caiu para 2,1% em 1978 e desceu a zero no ano seguinte. O número de cursos, que aumentara 66% entre 1969 e 1974, apresentou um crescimento de 12% entre 1974 e 1979. A quantidade de candidatos, por sua vez, também está declinando nos últimos anos, como se pode perceber através de alguns exemplos que comparam o total de vestibulandos entre 1982 e o ano anterior: as Faculdades Metropolitanas Unidas — FMU, de São Paulo, tiveram só 20 mil inscrições contra 30 mil; a Universidade Católica de Belo Horizonte recebeu 10 mil contra 13 mil; outra faculdade da capital mineira, a Engenharia John Kennedy, perdeu cerca de 50%. Na área do Grande Rio, o número de vestibulandos diminuiu em torno de 10%. O curso de Medicina da PUC de Sorocaba apresentou 4.326 candidatos em 1979, 3.603 em 1980 e apenas 2.687 em 1981.

Apenas o índice de evasão escolar continua mostrando, atualmente, grandes taxas de expansão em todo o país. No Rio de Janeiro, cerca de 15% dos universitários abandonaram a faculdade em 1981, e muitas faculdades particulares acusam perdas ainda maiores — a FMU, de São Paulo, alcançou o final desse mesmo ano com 20% de alunos a menos.

Conseqüentemente, ao final de um período de excepcional crescimento do ensino superior, as faculdades particulares anunciam crescentes dificuldades para se manterem, recorrendo cada vez mais ao MEC em busca "verbas especiais". Já no final de 1981, representantes de faculdades particulares advertiam, na Câmara dos Deputados, em Brasília, que "se o governo não definir com urgência uma política segura de subvenções (sic) ou uma política de financiamento ao estudante carente, não terão mais condições de prosseguir funcionando, pois os alunos não suportam novos aumentos de anuidades". (O Estado de S. Paulo, 16/09/81). Na mesma época, Ernani Bicudo de Paula, presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo, também confirmava essa opinião, acenando com a sombria perspectiva de falências em massa das faculdades particulares num prazo de 5 anos, caso o governo não dê mais "incenti-

vos" aos cursos superiores (O Estado de S. Paulo, 23/08/81).

A razão imediata que se apresenta para explicar a atual crise do ensino superior é o insuportável aumento das taxas, elevando as despesas a um nível que exige sacrifícios cada vez maiores — e que muitos já não podem fazer. De acordo com pesquisa realizada nas faculdades da Capital, Mogi das Cruzes, Campinas e Santos, as anuidades tiveram um aumento médio de 100% em 1981 (e apesar disso a PUC/SP anunciou um "déficit" de cerca de 200 milhões e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de mais de 120 milhões). Na medida em que as faculdades tentam repassar o aumento de suas despesas para o preço do ensino, tornam-se cada vez mais inacessíveis, ampliando o número de alunos que abandonam o curso ou não chegam mais sequer a se matricular, caracterizando o recente fenômeno da "pré-evasão universitária".

Apesar da apresentação de tantos "déficits" colossais pelas faculdades, vaticinando até "falências em massa", como vimos, é preciso ponderar que esses dados não são suficientes para avaliar a real extensão da crise que se abate sobre o ensino superior. É evidente que os seus representantes têm interesse em exagerar nas proporções da crise, visando obter cada vez mais favores do MEC — manutenção indefinida de sobretaxas, ampliação de subsídios diretos para as escolas e de financiamentos para os alunos. Paralelamente a esse extremado pessimismo, foram apresentadas ao Conselho Federal de Educação, só no final de 1980, um total de 312 cartas-consulta, pleiteando novos cursos superiores no país, cursos que, sendo aprovados, aumentariam em cerca de 32 mil o número de vagas. . .

Contribui, também, para a situação de crise por que passa o ensino superior, o fato de que começa a haver uma consciência cada vez mais clara de que a faculdade não representa mais nenhuma garantia para a ascensão econômica e social — como se supunha mecanicamente — e sequer para a obtenção de um emprego e de uma boa remuneração, desmoralizando a tese de que o estudo é a base infalível do progresso individual. Ao final de um período de expansão sem precedentes, a faculdade está em xeque, monstro desfigurado que o próprio ex-ministro da Educação Eduardo Portella chamava de "Frankenstein", durante a sua curta gestão, antecedendo Rubem Ludwig.

A faculdade é um monstro "inchado", dado o caráter anárquico do seu crescimento, que provocou uma superprodução de profissionais, às voltas com o pesadelo de um mercado de trabalho cada vez mais contraído que não os solicita. A faculdade também é um monstro deformado, pois sem a necessária consonância com a dinâmica da economia, a expansão se adaptou apenas à vaidade de jovens desinformados e ambiciosos, mistificando umas poucas profissões, bem como ao interesse de lucro fácil dos proprietários de escolas. Por último, como ocorre com tantos monstros cinematográficos do passado, a faculdade também carrega o peso do descrédito, desmoralizada pelo baixo nível de ensino, que inflacionou o mercado de trabalho com profissionais medíocres, de duvidosa qualificação. Conseqüentemente, o diploma deixou de ser o tradicional salvo-conduto na vida profes-

sional, reduzindo-se, para o trabalhador, a uma simbólica recompensa pelo tempo e dinheiro dispendidos na escola, enquanto que, para o empregador, serve sobretudo para facilitar o processo de recrutamento e seleção, diminuindo artificialmente o número de candidatos.

CONTROLE

O atual quadro de impasse que vive o ensino superior deve-se não só a uma retração "espontânea" dos alunos, que precisam fazer sacrifícios cada vez maiores, com perspectivas cada vez mais desalentadoras. Também o próprio governo vem tomando várias providências no sentido de limitar e controlar a expansão, alarmado com o resultado obtido pela "reforma" implantada a partir de 1968, que consistiu justamente em estimular o máximo possível esse mesmo crescimento.

Já em 1977 o governo começou a tomar medidas de controle, dificultando a abertura de alguns novos cursos como, por exemplo, Odontologia e Comunicações, por parte das faculdades particulares isoladas, argumentando que a expansão, além de exagerada, ainda possuía a agravante de não corresponder às necessidades do mercado de trabalho, ao formar profissionais para áreas muito saturadas que não tinham mais potencial de absorção. Em abril de 1980 essas faculdades não receberam mais permissão para novos cursos de Medicina, Engenharia, Veterinária e Odontologia. Em maio de 1981 o ministro Ludwig optou por uma medida mais drástica, decidindo proibir até o final de 1982 a criação de quaisquer novos cursos superiores, não só das faculdades isoladas anteriormente atingidas, mas também estabelecimentos oficiais — federais e estaduais — que ainda podiam ampliar sem sequer consultar o CFE.

Atualmente o MEC está em vias de avançar ainda mais, cogitando inclusive *fechar* cursos que forem "reconhecidamente inúteis" por causa do nível muito baixo de ensino ou absoluta inadequação ao mercado de trabalho. Essa idéia, que já fora anunciada no início de 1981,

será efetivada provavelmente em pouco tempo, pois só até o final de maio do corrente ano, o CFE tem prazo para definir um novo decreto substitutivo, regulamentando o crescimento do Ensino Superior.

Assim como a exagerada ampliação de vagas do ensino superior respondeu a uma crescente pressão da classe média, que não se conformava em interromper seus estudos por falta de faculdades, também a atual "reforma" ensaiada pelo MEC demonstra preocupação com a "paz social", tentando limitar o acesso de jovens que, posteriormente formados e, não obstante, sub-empregados e desempregados, se tornem contestadores do regime em vigor. Apesar de seus evidentes limites, um diploma de nível superior ainda impõe, ao menos, um aumento de expectativas que pode redundar em aumento de exigências por mais — e melhores — empregos, deflagrando um impasse sem qualquer perspectiva de solução no quadro atual da crise e de desemprego. "A reestruturação parece estar mais preocupada com as possíveis tensões que uma grande massa de eventuais desempregados portadores de titulação superior irá provocar. . ." (Tércio Sampaio Ferraz Jr., *Jornal da Tarde*, 06/02/81).

Nota: A segunda parte desse texto intitula-se *Mercado de Trabalho para a Mão-de-Obra Qualificada* e foi publicada no BD nº 520, de 24.05.82 e no Boletim Especial de 12.09.82, distribuído para os participantes do 4º Congresso Brasileiro de Treinamento e Desenvolvimento, profissionais de recursos humanos.